

17 FEV 1995

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



O GLOBO

A entrevista de FH

Calmo, conhecedor dos seus temas, preciso na linguagem e, coisa raríssima ultimamente, respeitoso dos plurais e concordâncias, o presidente Fernando Henrique reforçou o envio de projetos de emenda à Constituição com uma entrevista transmitida pelas cadeias de televisão.

O seu estilo de falar adapta-se mais perfeitamente à mídia eletrônica que qualquer outro dos seus antecessores que eu lembre. Juscelino era bom de palanque, mas preso ainda a uma oratória de voz empostada, embora não tanto como a de José Sarney. A intimidade que a televisão permite entre quem fala e quem ouve é inimiga das ênfases exageradas, que ficam tão distantes da eficiência comunicadora como as polainas, o chapéu-de-coco e a sobrecasada da República Velha distam da moda mais informal de hoje. É verdade que Fernando Henrique escorregou algumas vezes num preciosismo vocabular, usando palavras como ancilar e nefelibático, cujo entendimento obriga a maioria a recorrer ao dicionário. Mas deu bem o seu recado.

Um presidente que fala corretamente já é um progresso para quem se lembra do general Figueiredo, lendo, tatibitati, o economês incompreensível que Delfim Netto escrevia para ele. Outro alívio é uma entrevista coletiva organizada, num auditório, sem uma penca de microfones e gravadores na frente do entrevistado, cada jornalista fazendo a sua pergunta na ordem que lhe fora sorteada. Parecia até um país civilizado.

A intenção política da entrevista parece ter sido a de mobilizar apoios para a primeira etapa das reformas da Constituição, cujas justificativas foram apresentadas, uma a uma. Franklin Roosevelt dizia que um governo não pode ser melhor que a opinião pública que o sustenta. Fernando Henrique parece concordar.

Desviando-se do estratégico, as reformas constitucionais, para abordar o conjuntural, o presidente ressaltou a estabilidade trazida pelo real ao poder de compra dos que ganham menos, justificando assim o veto ao aumento do salário-mínimo para cem reais, numa manobra defensiva contra a inclinação do Congresso de manter a lei que votara. Como o assunto só deverá ser examinado depois de 1º de maio, quando o salário-mínimo será aumentado, a preocupação talvez não tenha motivo. Fi-

cou a promessa de tomar todas as medidas necessárias para defender a moeda, ainda que momentaneamente impopulares. "Não sou demagogo", afirmou ele mais de uma vez, e avançou para o ataque, chamando de privilegiados ou corporativistas todos os que se opõem às reformas. Escolhendo o PT como alvo oculto, assegurou que ficará com o interesse das maiorias, ainda que as minorias privilegiadas que tiver de enfrentar reivindiquem o direito de falar em nome do povo.

A importância de um pronunciamento do presidente da República está tanto no que explicita como nas pistas que dá para o entendimento do que não quer explicitar. Por exemplo: o Governo não pretende interferir na decisão da Petrobrás sobre o estado em que localizará a sua nova refinaria. A decisão deverá ser técnica, não política. Colocou limites ao processo de privatização, ao dizer que não pretende entregar o filé mignon das comunicações para a empresa privada, ficando o Estado com os ossos. Isso quer dizer que não pretende vender as empresas telefônicas e a Embratel. Justificou-se dizendo ser contra a privatização selvagem. "Quem quer reformar tudo, não reforma nada", disse.

Estabelecer prioridades não parece indicar uma excessiva austeridade no envio de mensagens reformistas, mesmo que tenha deixado à iniciativa dos parlamentares a reforma política. Daí a necessidade que sente em ter não só líderes na Câmara e no Senado, como um líder no Congresso, Germano Rigotto. Cada emenda terá de ser discutida em conjunto com ambas as casas, para evitar que emendas aprovadas no Senado anulem o percurso já cumprido na Câmara.

Aliás, Luiz Carlos Santos, escolhido para a liderança na Câmara, é um articulador que trabalha as fraquezas dos interlocutores. Operasegundo o conselho de Maquiavel, que escreveu que quem se dispõe a fazer leis deve começar por presumir que todos os homens são maus e estão dispostos a usar a sua malignidade sempre que encontrarem oportunidade para fazê-lo.

Rigotto tende a apelar para as virtudes dos companheiros, muitas vezes menos evidentes. É possível que consigam se completar, se acaso trabalharem juntos.

Foi um começo. Há muita estrada pela frente.